

ACM destaca a boa imagem do Congresso

Papel da instituição na estabilidade econômica, segundo o senador, é reconhecido hoje por parcela expressiva da população e registrado em pesquisas de opinião pública

Antonio Carlos garante que a credibilidade do Congresso deve-se também ao trabalho incansável de Sarney e de Luís Eduardo Magalhães, "que resgataram a dignidade e a honra do Parlamento"



O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) destacou ontem pesquisa divulgada na última semana, na qual o Congresso Nacional tem mais de 50% de aprovação da opinião pública em junho de 1995, contra 19% no mesmo mês do ano passado.

"O Congresso tem sido parte integrante das mudanças fundamentais propostas pelo Executivo, contribuindo eficazmente para que se pudesse alcançar estabilidade econômica com o Plano Real. Por isso é reconhecido", assinalou Antonio Carlos Magalhães.

A credibilidade da opinião pública no Congresso constatada pela pesquisa deve-se, segundo Antonio Carlos, também ao trabalho "incansável" dos presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, Luís Eduardo Magalhães, "que resgataram a dignidade e a honra do Parlamento".

- Nesse momento em que o Brasil festeja uma moeda estável e novos rumos na sua economia, não podemos nos esquecer de que o Congresso tem-se comportado como parte integrante desse quadro - acrescentou.

Aprovada emenda das telecomunicações

O Senado aprovou ontem, em primeiro turno, a proposta de emenda constitucional que flexibiliza o monopólio estatal das telecomunicações. Com isso, empresas privadas poderão entrar no setor, desde que autorizadas pela União, mediante concessão ou permissão. A emenda terá ainda de ser votada em segundo turno, no início de agosto, para que possa ser promulgada pelos presidentes do Senado e da Câmara.

A emenda foi aprovada, depois de intenso debate,

por 62 votos favoráveis e 12 contrários, sem abstenções. PMDB, PFL, PSDB, PPR e PTB votaram a favor, enquanto PT, PPS e PDT votaram contra. A proposta estabelece que

essa flexibilização deve ser regulamentada em lei ordinária e proíbe o governo de usar medida provisória para detalhar como ficará o setor de telecomunicações com a mudança da Constituição.

O relator da emenda, senador Francelino Pereira (PFL-MG), ponderou que a União não tem dinheiro suficiente para que a Telebrás e as companhias estaduais se modernizem. Para ele, o setor precisa de R\$ 34 bilhões nos próximos quatro anos.



Francelino Pereira

Congresso termina a votação da LDO

Página 2

Senadores avaliam Real no primeiro ano

Página 3

Marina cobra empenho no caso Chico Mendes

Página 4

Jefferson e Cabral defendem a Zona Franca

Página 4



Joel de Hollanda

China é exemplo de combate à pobreza

O sucesso da reforma econômica empreendida pela China, que conseguiu reduzir em 50% o número de pobres naquele país, foi citado pelo senador Joel de Hollanda (PFL-PE) como exemplo a ser seguido pelo Brasil, onde 32 milhões de pessoas vivem abaixo da linha de pobreza.

Joel de Hollanda criticou a falta de continuidade dos programas sociais lançados pelo governo brasileiro, desde a época do Império, ao se referir às intenções do Programa Comunidade Solidária, coordenado pela primeira-dama, dona Ruth Cardoso. Para o senador, o planejamento, a perseverança e a visão dos chineses "podem nos iluminar" nesse aspecto.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu o programa de garantia de renda mínima ao trabalhador, por ele proposto, como solução definitiva no combate à pobreza no país. Já o senador Edison Lobão (PFL-MA) lembrou a iniciativa do governo em utilizar seus estoques reguladores de alimentos para combater a fome, iniciativa encampada pelo Comunidade Solidária.

Congresso termina apreciação da LDO

Votação da Lei de Diretrizes Orçamentária de 96 marca o encerramento dos trabalhos legislativos no primeiro semestre

O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1996 foi aprovado pelo Congresso em sessão realizada no início da noite de ontem. A votação pelo Senado marcou o encerramento dos trabalhos do Legislativo no primeiro semestre. O projeto da LDO, que já havia sido aprovado pela Câmara na quarta-feira, será enviado à sanção do presidente da República.

O Congresso decidiu também indicar o senador Coutinho Jor-

ge (PMDB-PA) como relator da medida provisória que trata da desindexação da economia. O ponto mais polêmico da MP, segundo o senador, é o que trata dos salários. O senador disse que vai ouvir sindicatos patronais e de trabalhadores, o governo, os partidos e especialistas.

Já o senador Epitácio Cafeteira (PPR-MA) defendeu ontem a continuidade dos trabalhos do Congresso durante o

recesso para que a Comissão Mista que examinará a medida provisória da desindexação da economia possa concluir sua análise. A seu ver, uma vez iniciado o processo de exame de uma MP, não é possível interrompê-lo. O presidente do Senado, José Sarney, explicou que a interpretação da Mesa é a de que a Comissão Mista, uma vez instalada, tem autonomia para decidir como procederá seus trabalhos.

Comissão Representativa assume papel do Congresso

Por unanimidade, foram eleitos ontem os sete membros do Senado que comporão a Comissão Representativa do Congresso, que tem como atribuição zelar pelas prerrogativas do Congresso Nacional no período de recesso. A Câmara dos Deputados elegeu 16 membros.

A Comissão Representativa pode autorizar o presidente e o

vice-presidente da República a se ausentarem do país; exercer a competência administrativa das Mesas das duas Casas, em caso de urgência, quando ausentes ou impedidos os respectivos membros; receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas; e fiscalizar e

controlar os atos do Poder Executivo.

Os senadores eleitos para a Comissão Representativa do Congresso são: José Sarney (PMDB-AP), Renan Calheiros (PMDB-AL), Júlio Campos (PFL-MT), Odacir Soares (PFL-RO), Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), Antonio Carlos Valadares (PP-SE) e Lauro Campos (PT-DF).

Nabor critica obra que omite acreanos ilustres

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) criticou ontem publicação editada pelo governo do seu estado - *Gente Acreana de Expressão* -, em virtude da omissão dos nomes de uma série de personalidades.

Na avaliação do parlamentar, vários acreanos tão destacados e famosos quanto os citados pela revista, distribuída no último fim de semana, na Festa dos Estados, em Brasília, "certamente foram banidos do volume porque de alguma forma representam um pensamento distinto, uma corrente política que não é a do atual governador".



Nabor

Suplicy condena censura a "Os Paralamas do Sucesso"

A boa imagem conquistada pelo Congresso Nacional, graças ao ritmo acelerado de trabalhos desenvolvidos no primeiro semestre, de acordo com pesquisas de opinião recentemente divulgadas pela imprensa, pode ser seriamente prejudicada. O alerta foi feito ontem pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), ao comentar a "tentativa de censura" iniciada na Câmara dos



Eduardo Suplicy

Deputados sobre a música do conjunto "Os Paralamas do Sucesso", em que são feitas críticas a parlamentares. Segundo o senador, o "ato de censura" não encontra respaldo na Constituição.

Suplicy comentou também série de reportagens do jornal *O Estado de S. Paulo* sobre irregularidades na Alfândega em São Paulo, e pediu transcrição da matéria nos Anais do Senado.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

10h - Concede entrevista coletiva à imprensa.

11h - Recebe o presidente da Caixa Econômica Federal, Sérgio Cutolo.

UM ANO DE REAL

Críticas às "viúvas da inflação", cobrança de mudanças imprescindíveis, preocupações com a sorte dos empregos, dos salários e da agricultura e

Bello Parga critica as "viúvas da inflação"

"As viúvas da inflação choram e lamentam a perda do privilégio exorbitante que o Real extinguiu", afirmou ontem o senador Bello Parga (PFL-MA) ao criticar os inimigos do Plano Real. A seu ver, são pessoas que se aproveitavam da dificuldade comum para auferir lucros extraordinários resultantes de hábeas manipulções de mercado.



Bello Parga

Bello Parga não poupou elogios ao plano de estabilização do governo, que completa um ano de combate à inflação. Ele disse que o Real foi e continuará sendo uma conquista do povo brasileiro. Lembrou as longas filas que atormentavam o brasileiro na época da inflação alta: a do posto de gasolina no dia de aumento e a do banco para a aplicação.

Lobão aplaude plano e iniciativa de FHC

Para se viver dentro de uma economia moderna é necessário que se tenha uma constituição igualmente moderna, que respeite e repercute a evolução e as mudanças estruturais da economia. Foi o que afirmou ontem o senador Edison Lobão (PFL-MA), ao comentar o primeiro aniversário do Plano Real.



Edison Lobão

ciativa do governo de apresentar as propostas de emenda constitucional que estão em tramitação no Congresso Nacional. A seu ver, a eleição de Fernando Henrique dá ao presidente a legitimidade necessária para trazer perante o Legislativo, sob a forma de projetos de diplomas legais, os compromissos assumidos na campanha presidencial.

Mauro pede medidas de emergência para agricultura

O plantio da próxima safra está na dependência de decisões emergenciais do governo sobre duas questões. Uma delas, conforme alertou ontem o senador Mauro Miranda (PMDB-GO), diz respeito à pauta de reivindicações apresentada pelos agricultores através de seus representantes no Congresso. A outra, "no mesmo nível de emergência", enfatizou



Mauro Miranda

o senador, é relativa à abertura de financiamentos para empresários rurais que investiram na utilização dos pivôs centrais.

A aplicação de recursos externos para financiar a agricultura não terá efeitos imediatos, na opinião de Mauro Miranda. Para ele, ainda é preciso regulamentar esse financiamento, além de ser necessária uma avaliação profunda de seus efeitos.

aplausos às reformas constitucionais marcaram ontem no plenário do Senado os comentários sobre o Plano Real, que completa o seu primeiro aniversário.

Maldaner cobra reformas tributária e administrativa

Se o governo não tiver "coragem" de implantar imediatamente as reformas tributária, administrativa e previdenciária, o Plano Real corre o risco de não se consolidar. A advertência foi feita ontem pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), para quem apenas as mudanças constitucionais que estão sendo votadas "não são suficientes



Maldaner

para sustentar o Real", pois ainda dependem de prazo para sua regulamentação.

Maldaner é contra a volta de medidas paliativas como o IPMF para reparar temporariamente alguns setores da administração pública. Para o senador, o âmago da questão continua sendo o setor tributário, "onde quase 50 tipos de impostos estimulam a sonegação".

Demissão de 15 mil no BB preocupa Cafeteira

O programa de demissões voluntárias do Banco do Brasil foi questionado ontem pelo senador Epitácio Cafeteira (PPR-MA), para quem a medida vai atingir justamente a mão-de-obra mais qualificada da instituição.

- O dinheiro que o banco oferece aos voluntários vai se acabar em pouco tempo - advertiu Cafeteira, observando que as demissões



Cafeteira

previstas no Banco do Brasil, de 15 a 17 mil funcionários, atingirão aqueles com mais de 14 e menos de 28 anos de serviço.

Lauro Campos (PT-DF) solidarizou-se com Cafeteira, acrescentando que o temor do desemprego é mais amplo, com os anúncios de demissão feitos pelo ministro da Administração, Bresser Pereira.

José Dutra: gatilho é a garantia para salários

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) informou ontem que o PT apresentará emendas à medida provisória que estabelece a desindexação da economia. A principal delas, conforme disse, será a instituição do gatilho salarial, "para preservar os interesses dos trabalhadores".

A medida provisória da desindexação,

segundo José Eduardo Dutra, ao estabelecer desconto de qualquer antecipação salarial. "veda qualquer possibilidade de aumento real dos salários". Com essa medida, "os trabalhadores são convocados a dar sua cota de sacrifício", disse o senador, observando que em um ano de Real as perdas salariais são de 35%.



José Dutra

Ponte viabiliza produção agrícola

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) apelou ontem ao governo para que reveja o corte dos recursos para a conclusão da ponte rododiferroviária sobre o rio Paraná, na divisa de São Paulo com Mato Grosso do Sul.

A ponte possibilitará a ligação, por ferrovia, entre o Porto de Santos e a Região Centro-Oeste, permitindo a conexão com a malha hidroviária dos rios das bacias amazônica e do Paraguai-Paraná. Essa ligação viabilizará a produção agrícola de Mato Grosso a preços competitivos.

Empréstimo para a Bahia

O Senado aprovou ontem solicitação do governo do estado da Bahia para contrair empréstimo externo junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de US\$ 105 milhões. O empréstimo destina-se ao financiamento do Programa de Apoio às Comunidades Rurais (Produzir).

Integração com o Haiti

O Haiti, por intermédio da senadora Benedita da Silva (PT-RJ), está fazendo apelo ao governo brasileiro, especialmente ao ministro Edson Arantes do Nascimento (Pelé), no sentido que o Brasil use o futebol como eixo central de integração cultural de que o povo haitiano tanto necessita na luta em busca da superação de suas precárias condições de desenvolvimento.

Marina cobra empenho na captura de assassinos de Chico Mendes

Reportagem sobre o provável esconderijo de matadores é citada como indício de que caso poderá ser desvendado primeiro pela imprensa

A senadora Marina Silva (PT-AC) cobrou ontem maior empenho das autoridades na captura dos assassinos de Chico Mendes, afirmando que a Justiça brasileira "será mais uma vez desmoralizada" caso a imprensa os localize primeiro.

A preocupação da senadora é motivada por reportagem ve-

culada domingo à noite pelo programa *Fantástico*, da TV Globo, na qual foi mostrado o provável esconderijo de Darly e Darcy Alves, condenados pelo assassinato do líder sindical.

Marina Silva lembrou que também PC Farias foi alcançado primeiro pela imprensa e lamentou o desaparecimento

da Polícia Federal e da polícia do Acre, diante dos poderosos que dão respaldo aos foragidos.

Apoiaram Marina Silva os senadores Eduardo Suplicy (SP), líder do PT, Nabor Júnior (PMDB-AC), Edison Lobão (PFL-AC) e Romeu Tuma (SP), que recomendou à Polícia Federal a requisição da fita da reportagem mostrada pelo *Fantástico*.



Cabral e Jefferson temem consequências das restrições às importações



Jefferson e Cabral apontam novo risco à Zona Franca

A Zona Franca de Manaus, responsável por grande parte da produção nacional de televisores, está ameaçada de reduzir sua atividade industrial voltada para o mercado interno, em face das limitações impostas às suas importações. O alerta foi feito ontem pelos senadores Jefferson Peres (PSDB-AM) e Bernardo Cabral (PP-AM).

Bernardo Cabral lembrou que

as indústrias instaladas na Zona Franca importam basicamente componentes e maquinários.

Por sua vez, Jefferson Peres disse temer sérias consequências para a economia de seu estado em decorrência das últimas medidas adotadas pelo governo federal. A bancada parlamentar e os governadores da Amazônia estão buscando entendimento com as autoridades econômicas.

Emenda sobre Petrobras não é cheque em branco

A emenda que trata da flexibilização do monopólio do petróleo não é um "cheque em branco" que o Poder Legislativo está dando ao governo, na opinião do senador Julio Campos (PFL-MT). Em sua opinião, a flexibilização vai democratizar as tarefas que hoje estão a cargo da Petrobrás, enquanto a estatal continuará atuando, livremente, no mercado. Segundo Campos, a emenda tira da Petrobrás apenas a reserva de mercado mas mantém esse controle com a União.

Júlio Campos ressaltou que uma lei complementar irá regular as relações e as condições contratuais referentes à futura atuação de empresas estrangeiras, estatais ou privadas, que venham a investir no Brasil. E lembrou que o Poder Legislativo tem garantida sua participação nesse processo.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ **1º Vice-Presidente:** Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ **1º Secretário:** Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ **3º Secretário:** Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ **Suplentes de Secretário:** Antônio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social – Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação – Helival Rios ■ **Coordenador de Jornalismo** – Flávio de Mattos ■ **Chefe do Serviço de Imprensa** – José do Carmo Andrade ■ **Editores** – Djalba Lima e Edson de Almeida
Diagramação – Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ **Fotos** – Célio Azevedo e Márcia Kalume ■ **Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.**